

CAXIAS, O HOMEM DO DEVER

Dr. NILO PEREIRA

Membro da Academia de Letras
de Pernambuco

*Conferência proferida no dia 20 de agosto
de 1970, no CPOR/Recife, como parte das comemorações da "Semana do Exército".*

Dirijo-me de modo especial aos alunos do CPOR, a respeito da personalidade do Duque de Caxias, Patrono do Exército.

Não pretendo, propriamente, dar a esses alunos, que gentilmente me ouvem, uma lição de história nacional, e sim de civismo. Em boa hora o Governo Federal criou a disciplina de Educação Moral e Cívica, que, na Universidade, é ministrada sob a denominação genérica de "Problemas Brasileiros". Tais problemas, sejam eles quais forem, serão estudados em consonância com a nossa realidade cívica, com a dignidade moral da pessoa humana, com as lições que devem ser estabelecidas entre o educando e a sua vivência própria.

Todos sabemos quem foi — ou melhor — quem é Caxias. Sabemos que ele foi por quase todo o Segundo Reinado brasileiro a espada da guerra e da paz. Sabemos que ele realizou a concórdia nacional. Por isso é não sómente o Patrono do Exército Brasileiro como é também o Pacificador. Patrono porque encarna a expressão máxima dos atributos militares e Pacificador porque, em meio às guerras civis, que se seguiram logo às Regências, conseguiu impor a ordem e a paz, a disciplina interna que, como disse Camões, não se aprende na fantasia, mas vendo, tratando e pelejando.

Ora, numa fase em que o Civismo voltou a integrar o ensino brasileiro, sendo mesmo condição básica da formação moral, cívica e intelectual do aluno, em todos os degraus do aprendizado, era imperioso que certas figuras — a de Caxias, por exemplo — passassem a ser objeto do nosso estudo, da consideração que oferecem os formadores da Pátria, os defensores da integridade nacional.

Somos um milagre no continente americano: somos a unidade na diversidade. As diversas regiões que compõem o Brasil não nos dividiram; pelo contrário, uniram-nos no todo nacional, que é, de fato, a maior lição

que podemos oferecer à própria América Latina nos dias atuais, que são de incerteza e de conturbação. Dias em que não sabemos o que pode trazer o dia de amanhã, pois a onda de terrorismo, que se implantou, é a maior afronta que se pode fazer à dignidade humana e aos direitos humanos, nos quais aliás, muitos falam, mas esquecendo ou silenciando essa ofensa à vida, à liberdade e ao direito.

De onde vem, meus caros alunos do CPOR, aos quais tenho a honra de me dirigir neste momento, que impõe tanta reflexão e tanto patriotismo, de onde vem essa unidade nacional, essa integração brasileira de que, com razão, tanto nos ufanamos? Vem — não me canso de repetir — da expulsão do holandês de Pernambuco, em 1654. Ali escrevemos, sob a forma de nativismo, o capítulo inicial do nosso patriotismo antes da Pátria, e do nosso nacionalismo, antes da própria Nação. Era o consciente nacional que nascia quando preferíramos a unidade do Brasil a ceder Pernambuco à Holanda. Se tivéssemos feito isso, não seríamos, hoje, a grande Pátria que somos: Integra, indivisa e ura, falando a mesma língua, tendo a mesma religião, possuindo os mesmos anseios. É a isso que se chama integração nacional. E essa lição — deixai que volta recorde — é nitidamente pernambucana. E mais do que pernambucana: nacional. Tão verdadeiro é isso que o Parque dos Guararapes — onde se feriram as duas batalhas memoráveis da sorte de Pernambuco e do Brasil — será Parque Nacional de Civismo, por iniciativa do Exército Brasileiro. Creio que posso adiantar-vos isso hoje, por que para essa conquista do nosso civismo e para a definitiva fixação dessa imensa lição de nativismo e de brasiliidade, muito contribuiram, de modo especial, os Presidentes Humberto de Alencar Castello Branco, Arthur da Costa e Silva e Garrastazu Médici.

Conseguirá, assim, Pernambuco que o país inteiro reconheça essa prioridade histórica do maior valor, porque a unidade de um país continental, como esse nosso, é realmente um milagre. Trata-se dum problema eminentemente histórico, duma significação cívica que só pode ser dimensionada nos dias atuais com uma compreensão maior dos fatos, porque estamos vendo quanto a lição dos Guararapes contribui para que a Pátria fosse uma expressão única de vida e de organização, na hora em que mais se disputava a sua retaliação, em benefício do invasor.

Digo-vos isso porque isso é civismo. Não se promove o desenvolvimento — ainda que essa expressão terha como sentido mais valioso e urgente o tecnológico propriamente dito — sem valorizar a nossa tradição, que não é, como muitos pensam, uma coisa morta, já vivida e já passada, mas uma forte renovação das nossas energias vitais, construtivas e dinâmicas.

Assim unida pelo milagre dos Guararapes — velhos morros pernambucanos que vão sair da sua solidão e do seu quase abandono para o culto do nosso amor e a compreensão da nossa inteligência, vieram com a Independência nacional, em 1822, as lutas internas, as guerras civis. Tais dissensões se originavam geralmente dos propósitos políticos, que

tantas vezes dividem os homens. Foi o momento difícil e escuro da nossa História. Tivemos, sem dúvida nenhuma, estadistas à altura dessa hora decisiva e heróica, na qual tínhamos de manter a unidade nacional, que era — vale repetir — a grande lição dos pernambucanos e dos nordestinos nos Guararapes, para cuja solidão histórica — tão cheia dos ecos do heroísmo de três raças — me permito chamar a vossa atenção de alunos do CPOR. Não há nada que nos fale mais à alma do que um cenário histórico. Ali, de repente, se reanimam as cenas, ressurgem os guerreiros, e desfralda-se o estandarte da *divina liberdade*, como era chamada — vêde bem — a liberdade pela qual lutavam os pernambucanos. No momento atual, em que se tem da liberdade sem responsabilidade uma noção tão errada e tão perigosa, a ponto de se dispor do destino humano para fins ideológicos os mais perversos, é bom lembrar que os pernambucanos combateram nos Guararapes, em nome da *divina liberdade*, isto é, duma liberdade que eles só comprehendiam que fosse um combate em nome de Deus, de fé que recebemos desde os primeiros dias e que é absolutamente inseparável da nossa destinação histórica.

Mas vieram, como dizia, as lutas civis, as ameaças que representavam as reações provinciais quando o Império afinal encarnava os ideais de liberdade e de soberania, pelos quais morreram os pernambucanos e os nordestinos em 1817, que, por quase 2 meses, realizaram no Recife uma experiência republicana e redigiram um Projeto de Constituição, que, no seu tempo, era bem a súmula das aspirações liberais da própria América, tão inspirada pela revolução francesa de 1789.

Quem sustentaria essa unidade ameaçada? Quem teria bastante visão para não admitir, em nome da tradição histórica, que todo esse milagre fosse comprometido e desbaratado pelo personalismo político, pelos interesses partidários, pelos choques internos? Quem seria, nessa fase aguda da Nacionalidade já criada e já florescente, a espada da guerra e da paz, que, antes de tudo, conseguisse opor aos grupos e às facções o sentido da unidade e da coesão?

O grande papel de Caxias está nisso: foi o verdadeiro organizador da Independência brasileira, conquistada em 1822, depois de tanto sangue derramado, depois da Conjuração Mineira e da Revolução pernambucana de 1817, para falar apenas nas duas maiores revoluções liberais do período colonial, notadamente a última; e sem esquecer também que, em 1710, em Olinda, os pernambucanos sonharam, com Bernardo Vieira de Mello, fazer uma república à semelhança de Veneza.

Digo que Caxias foi o organizador da Independência — e permito-me chamar-vos a atenção para isso — pelo seguinte: porque a Independência, em si mesma, era um fato notável na nossa História; era o coroamento das nossas lutas; mas era também a abertura de outras lutas, de outras vicissitudes, de outros problemas, que atingiam diretamente a ordem geral, a segurança e a unidade da própria Nação.

O sonho estava realizado; mas havia nesse sonho alguns pesadelos. A própria Regência, que se segue à abdicação de D. Pedro I, não sendo a

princípio una, já não era, apesar dos esforços, uma expressão concreta de unidade pessoal. Mesmo depois, com a Regência Una, tendo à frente o Padre Diogo Antônio Feijó e o pernambucano Pedro de Araújo Lima, Marquês de Olinda, cujo centenário de morte transcorreu recentemente, os problemas políticos eram graves. Conseguia-se abafar os motins que se registravam contra a própria Independência; mas os outros, os que tinham por cenário as Províncias agitadas, esses reclamavam mais do que os primeiros a paz interna, a conciliação, a noção viva e criadora da bravura como expressão da soberania política. E foi aí que Caxias, soldado e estadista, se afigantou. Ele organizava e consolidava não apenas o Império, mas a própria Independência, cada vez que vencia essas rebeliões internas; e engrandeceu o Brasil, bem como Osório e Tamandaré, quando, na guerra com o Paraguai, que este ano completou um século, fez valer o nosso prestígio internacional de Nação livre e forte, capaz de manter a sua paz no Continente sem arrogâncias nem violências. Nisso tudo Caxias foi um homem conciliador, tocado até de certa humildade, mandando rezar ao fim de certas batalhas, missas por alma de todos os que tombaram vítimas do dever cumprido, tanto nas hostes brasileiras como nas inimigas.

Dêsse homem, ao mesmo tempo chefe militar e estadista, escreveu o eminentíssimo general, meu dileto amigo General Rodrigo Octávio, na sua Ordem do Dia de 25 de agosto de 1969: — "Pôde assim o incomparável Barão, Conde, Marquês, Duque em sua venturosa carreira militar de cadete a marechal e através de campanhas continuadas consolidar a Unidade Nacional, opondo-se bravamente quer ao irredutismo regional desagregador, quer ao antagonismo alienígena, construindo e preservando um império sem imperialismo e legando à Pátria uma base física de dimensões continentais, politicamente integrada, socialmente unida, ideologicamente democratizada, onde se abriga um grupo populacional cristão, livre e soberano". E continuando: — "Tinha Caxias, antes de tudo, a devoção dos princípios de honra, dignidade e autoridade, incapaz de imolá-los quaisquer que fossem os fatores contingenciais de oportunidade. A elevação de seus sentimentos patrióticos desprezando a solerça e não tolerando a mesquinharia, nunca excluiu, no cumprimento do dever, a generosidade, a compreensão da fraqueza humana, a fraternidade que sempre procurou reestablisher entre irmãos ocasionalmente desavindos".

Eis aí o homem que desejei trazer à vossa consideração: o homem do dever. Do dever intransigente, mas generoso. Dizer de alguém, que é "Caxias", é acentuar o seu amor ao dever, à missão que lhe cabe. Gilberto Freyre analisou e criou, ele próprio, a expressão "caxiísmo" para caracterizar um sistema de vida que tem por base o dever, a palavra empenhada, a tarefa de que nos achamos encarregados. Parece-me que esse neologismo — o "caxiísmo" — é de certo modo a consagração dum chefe militar e dum estadista que jamais recuou do seu dever, principalmente se era a Pátria que estava em perigo. Já em idade avançada, cansado naturalmente de tantas campanhas, de tantas pacificações, de tão árduas refregas, quando o Brasil reclamava os seus serviços e o Imperador

pedia que ele presidissem a mais um Gabinete, dêle não se ouviu nunca a palavra que nega ou a evasiva que escapa ao perigo. E da sua experiência, quer militar, quer civil, quer de paz, quer de guerra, pôde o Brasil beneficiar-se largamente, tornando-se, graças em parte ao Duque de Caxias, uma Nação respeitada no estrangeiro.

Eramos um novo Império, ainda sem tradição. Os nossos homens públicos tinham que fazer o maior esforço para dar consistência às instituições. Além disso pesava sobre a nossa vida o estigma da escravidão, que nos envergonhava. O Imperador Pedro II era um homem erudito, liberal, viajado. Pertencia a Associações internacionais de Ciências. Era dado a estudos orientais. Mantinha correspondência com muitos sábios, escritores, poetas e filósofos da época. O Império era muito ele, sem dúvida, que, com o seu poder majestático, mantinha o brilho e a projeção da Corte brasileira, que não fazia má figura entre as Cortes européias. Mas isso não podia decorrer apenas das coisas pessoais e exteriores. A Nação, para ser conhecida e respeitada, tinha de ser unida e forte. Internamente, devia ser um exemplo de harmonia e de coesão. Externamente, tinha de ser um padrão de organização nas lutas em que se empenhou e na segurança de sua vida econômica e financeira. Isso custou o esforço de muitos estadistas, que, graças a Deus, não faltaram ao Império brasileiro, uns do Partido Conservador, outros do Partido Liberal. Sempre desavindos, mas unidos na compreensão essencial dum Brasil maior, íntegro, uno, indivisível.

E se podíamos apresentar esse exemplo a nós mesmos e ao estrangeiro, se havíamos vencido as tormentas internas e organizado, como ficou dito, a própria Independência, libertando-a dos erros e das veemências das paixões, se tantas Províncias estavam pacificadas, se a vida interna estava subordinada aos princípios da autoridade e da ordem, se a guerra com o Paraguai foi um triunfo brasileiro só equiparável aos maiores da História Militar do mundo — tudo isso não é obra do acaso, nem das simples contingências políticas. Tudo isso é o gênio da Nacionalidade. É a fidelidade aos Guararapes.

Caxias foi fiel a esse espírito, que é o verdadeiro espírito de integração nacional, a verdadeira unidade do país continental, cuja diversidade regional nunca nos transformou, politicamente, numa coberta de tacos. Eis a sua imensa lição. A lição do dever.

A lição do "caxismo", lembrada também pelo eminentíssimo General Rodrigo Octávio, que, ainda há pouco, na sua despedida do comando que exerceu na Amazônia, com uma rara visão dos problemas brasileiros daquela área, produziu, sem favor, uma página da Sociologia, digna de meditação de todos vós e de todos nós, de todas as idades.

Por que Luiz Alves de Lima e Silva se tornou Barão, Conde, Marquês e Duque de Caxias? por que essa preferência pelo nome de Caxias, do qual, evidentemente, se impregnou a sua vida de chefe militar e de estadista? A explicação, que não deixa de ser sugestiva e importante, nos é

dada pelo Padre Joaquim Pinto de Campos no seu livro "Vida do grande Cidadão Brasileiro Luiz Alves de Lima e Silva", publicado em Lisboa, Imprensa Nacional, 1878, pág. 63, quando escreve:

"Querendo o governo imperial conceder-lhe o título de barão, e deixando-lhe a escolha, aceitou o baronato de Caxias. Que motivo o induziu a essa preferência? Caxias simbolizava a revolução subjugada. Essa princesa do Itapicuru havia sido mais que outra alguma afligida dos horrores de uma guerra de bandidos, tomada e retomada pelas forças imperiais, e dos rebeldes várias vezes, foi quase ali que a insurreição começou, ali que se encarniçou tremenda; ali que o coronel Luiz Alves de Lima e Silva entrou, expedindo a última intimação aos sediciosos para que depusessem as armas; ali que libertou a província da horda de assassinos. O título Caxias significava portanto: — disciplina, administração, vitória, justiça, igualdade e glória".

Era barão de Caxias por decreto de 18 de julho de 1841. E dai por diante não deixaria mais de ser Caxias, de ser o nome que o vincularia à história nacional. Podemos não estar lembrados do seu nome todo; mas todos sabemos quem é Caxias, o que representa na vida militar e civil do Brasil.

Mas, há uma lição que ele deixou e que deve ser lembrada sempre: — o homem que tantas vitórias alcançou; que só conheceu a glória nos campos de batalha; que foi aplaudido em Assunção, quando da guerra do Paraguai pelas próprias forças paraguaias, tal a bravura que demonstrou; que tantas vicissitudes venceu; que tantos cargos ocupou, sendo várias vezes Presidente de Província, Ministro da Guerra e Presidente do Conselho de Ministros; que pôs fim à chamada Questão Religiosa, anistiando os bispos que estavam presos, Dom Vital, bispo de Olinda, e Dom Macedo Costa, bispo do Pará; que tão grande foi na sua maneira de ser um dos grandes do império como simples ao oferecer uma xícara de café a um soldado, que tiritava de frio — esse homem soube ser humilde na morte. Recomendou no seu testamento — que é uma peça de grandeza moral — um enterramento sem pompa, sendo o seu ataúde, sem coroas, carregado por soldados rasos que mais se houvessem distinguido pela disciplina. Para ele não havia mais do que o dever. Era Caxias, numa palavra. A morte humilde tornou ainda mais gloriosa a vida heróica e sacrificada, que é uma lição de civismo. A única lição que pretendi trazer até vós, como um companheiro vosso, mais velho, mas sempre desejoso de aprender.

São múltiplos os aspectos da vida de Caxias. Mas, hoje, eu queria dizer-vos que aquél a quem estou chamando o organizador da Independência Nacional, o Pacificador, o homem do dever, o soldado da lei e da ordem, o cristão sempre humano na hora desalentada do adversário vencido nos campos de batalha, o administrador, o político, o restaurador da confiança nacional na própria ordem institucional do país — esse homem múltiplo, unindo o sentimento militar ao sentimento civil, nos deixa nas nossas mãos o maior dos legados, que é a integração nacional, pela qual

somos tão responsáveis hoje como ele foi ontem. Tão desafiados hoje como há um século. A nossa geração está convocada para os mesmos deveres.

Caxias já não é mais um substantivo: — é um adjetivo. Ele é a qualidade mestra da Nação brasileira: o dever. Quando um homem passa de substantivo a adjetivo, adquire perante o seu povo um atributo maior: — ele é o qualificativo nacional que norteia as nossas ações neste difícil momento.

Não devemos vê-lo apenas em certos dias, em certas épocas destinadas a celebrar o seu nome. Sua dimensão transcende por assim dizer a moldura estabelecida, embora justa. Ele é um exemplo permanente: o adjetivo pelo qual nos devemos distinguir na luta atual pela manutenção de sua gloriosa lição, que é de amor ao dever e de renúncia pessoal para melhor servir ao Brasil de ontem e de hoje.

“O comunismo não é a fraternidade: é a invasão do ódio, entre as classes. Não é a reconciliação dos homens: é a sua exterminação mútua. Não arvora a bandeira do Evangelho: bane a Deus das almas e das reivindicações populares. Não dá tréguas à ordem. Não conhece a liberdade cristã. Dissolveria a sociedade. Extinguiria a religião. Desumanaria a humanidade. Everteria, subverteria, inverteria a obra do Criador”.

(RUY BARBOSA)